



Noções de Informática

21. Ao dar um duplo clique no botão esquerdo do *mouse*, quando o cursor do *mouse* estiver apontando para a direita e posicionado na margem esquerda do texto de um documento no *Word 2010*, será
- (A) posicionado o cursor de texto no início da linha.
 - (B) selecionado todo o texto do documento.
 - (C) selecionada a primeira palavra da linha.
 - (D) selecionado todo o parágrafo.
 - (E) selecionada toda a linha.
-
22. Em um *slide* mestre do *BrOffice.org* Apresentação (*Impress*), NÃO se trata de um espaço reservado que se possa configurar a partir da janela Elementos mestres:
- (A) Número da página.
 - (B) Texto do título.
 - (C) Data/hora.
 - (D) Rodapé.
 - (E) Cabeçalho.
-
23. No *Windows Vista*
- (A) uma janela maximizada só pode ter suas dimensões alteradas através do botão Restaurar, exibido no canto superior direito ou clicando duas vezes, rapidamente, na barra de título.
 - (B) todas as janelas podem ser maximizadas e redimensionadas.
 - (C) é possível alternar entre as duas últimas janelas ativas ou navegar através de todas as janelas abertas, usando conjuntamente as teclas *Alt* e *Tab*.
 - (D) para fechar uma janela minimizada é necessário torná-la ativa, clicando no seu respectivo botão da barra de tarefas.
 - (E) é possível, manualmente, organizar as janelas de várias maneiras na área de trabalho. Porém, podem ser organizadas automaticamente pelo *Windows*, apenas nas formas em cascata e lado a lado.
-
24. Em relação à tecnologia e aplicativos associados à internet, é correto afirmar.
- (A) Navegação por abas, *find as you type* (mecanismo de busca interna na página) e motor de busca são recursos existentes tanto no *Mozilla Firefox*, quanto no *Internet Explorer 8*.
 - (B) A opção de bloqueio a *pop-ups*, um recurso presente no *Mozilla Firefox*, inexistente no *Internet Explorer 8*.
 - (C) No ambiente *Web*, o uso de teclado virtual em aplicativos tem como objetivo facilitar a inserção dos dados das senhas apenas com o uso do *mouse*.
 - (D) Em ambiente *Wi-Fi*, os elementos de rede que fazem a comunicação entre os computadores dos usuários, utilizam fibras óticas, conectadas a um *hub*.
 - (E) No *Thunderbird 2*, o acionamento do botão Encaminhar exibirá uma janela de opções, entre as quais a Lixeira de mensagens.
-
25. Quando o cliente de um banco acessa sua conta corrente através da internet, é comum que tenha que digitar a senha em um teclado virtual, cujas teclas mudam de lugar a cada caractere fornecido. Esse procedimento de segurança visa evitar ataques de
- (A) *spywares* e *adwares*.
 - (B) *keyloggers* e *adwares*.
 - (C) *screenloggers* e *adwares*.
 - (D) *phishing* e *pharming*.
 - (E) *keyloggers* e *screenloggers*.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Direito Constitucional

26. César, chefe de um determinado grupo armado civil, ordenou que seus comparsas controlassem uma determinada comunidade de pessoas carentes, agindo contra a ordem constitucional e o Estado Democrático. De acordo com a Constituição Federal tal ato constitui crime
- (A) inafiançável e insuscetível de anistia ou graça, sujeito à pena de restrição da liberdade.
- (B) insuscetível de graça ou anistia, apenas, sujeito à pena de restrição da liberdade.
- (C) inafiançável, apenas, sujeito à pena de reclusão.
- (D) imprescritível, apenas, sujeito à pena de reclusão.
- (E) inafiançável e imprescritível.

27. O sindicato dos metalúrgicos de determinada cidade, preocupado com a saúde dos trabalhadores sindicalizados, resolveu impetrar mandado de segurança coletivo contra ilegalidade da autoridade pública municipal, que determinou a continuidade do trabalho em determinada indústria da região mesmo havendo sério risco de contaminação por gases tóxicos. O referido sindicato poderá impetrar o mandado de segurança coletivo em defesa dos interesses de seus membros desde que esteja legalmente constituído e em funcionamento há, pelo menos,
- (A) um ano.
- (B) dois anos.
- (C) três anos.
- (D) quatro anos.
- (E) cinco anos.

28. A empresa EIOATVO firmou contrato administrativo com a União Federal para o fornecimento de tijolos para específica obra pública, que será executada em determinada Penitenciária Federal. Havendo provas de fraude na licitação, o Congresso Nacional sustou o contrato e solicitou, de imediato, que o Poder Executivo tomasse as medidas cabíveis, que, apesar de decorridos mais de noventa dias, não tomou medida alguma, cabendo, então, a decisão ao
- (A) Supremo Tribunal Federal.
- (B) Senado Federal.
- (C) Tribunal de Contas da União.
- (D) Diretor da Penitenciária.
- (E) Presidente da República.

29. Ricardo, Ministro de Estado, residente e domiciliado no Distrito Federal, foi denunciado por crime de estelionato, pela emissão de cheque sem fundos numa imobiliária na Cidade de Manaus, Estado do Amazonas, para a compra de um imóvel para o seu uso particular à beira do Rio Amazonas. Ricardo, nos termos da Constituição Federal, será processado e julgado
- (A) originariamente pelo Superior Tribunal de Justiça.
- (B) originariamente pelo Supremo Tribunal Federal.
- (C) em âmbito administrativo pela Presidência da República, cujo processo será decidido pelo Presidente da República.
- (D) pelo Tribunal de Justiça do Amazonas, competente em razão do local da prática do crime.
- (E) pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal competente em razão do domicílio do Ministro.

30. Gustavo, Presidente da República, após ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, decretou estado de defesa para preservar, em local restrito e determinado, a ordem pública ameaçada por grave e iminente instabilidade institucional, indicando no decreto, segundo a Constituição Federal, nos termos e limites da lei, as medidas coercitivas a vigorarem, podendo restringir os direitos de
- (A) ir e vir, sujeito à pena de banimento, apenas.
- (B) ir e vir, sujeito à prisão perpetua e multa.
- (C) imagem e de propriedade intelectual.
- (D) reunião, ainda que exercida no seio das associações, sigilo de correspondência e sigilo de comunicação telegráfica e telefônica.
- (E) livre manifestação do pensamento e de propriedade imóvel.

31. A Constituição Federal estabelece determinadas atividades que constituem monopólio da União. Sobre o tema, cumpre assinalar que, em regra, a União poderá contratar com empresas estatais ou privadas a realização de algumas dessas atividades, observadas as condições estabelecidas em lei, EXCETO:
- (A) refinação do petróleo nacional ou estrangeiro.
- (B) pesquisa, a lavra e o enriquecimento de minérios e minerais nucleares.
- (C) importação e exportação dos produtos e derivados básicos resultantes das atividades da refinação do petróleo nacional ou estrangeiro.
- (D) pesquisa e a lavra das jazidas de petróleo e gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos.
- (E) o transporte marítimo do petróleo bruto de origem nacional ou de derivados básicos de petróleo produzidos no país.

Direito Administrativo

32. A Administração Pública, ao tomar conhecimento de infrações, cometidas por estudantes de uma escola pública, utiliza-se de um de seus poderes administrativos, qual seja, o *poder disciplinar*. Nesse caso, a Administração Pública
- (A) poderia utilizar-se de tal poder contra os estudantes da escola pública.
- (B) não poderia utilizar-se de tal poder, porém, pode impor sanções aos estudantes, com fundamento no poder de polícia do Estado.
- (C) poderia utilizar-se de tal poder, no entanto, ele está limitado à fase de averiguação, não cabendo à Administração, nessa hipótese, punir.
- (D) não poderia utilizar-se de tal poder, vez que ele somente é aplicável aos servidores públicos.
- (E) poderia utilizar-se de tal poder, que, nessa hipótese, será discricionário, ou seja, pode a Administração escolher entre punir e não punir.



33. Considere as seguintes assertivas concernentes ao tema *discricionariedade e vinculação* dos atos administrativos:

- I. A fonte da discricionariedade é a própria lei; aquela só existe nos espaços deixados por esta.
- II. No poder vinculado, o particular não tem direito subjetivo de exigir da autoridade a edição de determinado ato administrativo.
- III. A discricionariedade nunca é total, já que alguns aspectos são sempre vinculados à lei.
- IV. Na discricionariedade, a Administração Pública não tem possibilidade de escolher entre atuar ou não.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) I e III.
- (C) I e IV.
- (D) II, III e IV.
- (E) II e IV.

34. Existem vários critérios de classificação dos órgãos públicos, tais como, os critérios de "esfera de ação", "posição estatal", "estrutura", dentre outros.

No que concerne ao critério "posição estatal", as Casas Legislativas, a Chefia do Executivo e os Tribunais são órgãos públicos

- (A) autônomos.
- (B) superiores.
- (C) singulares.
- (D) centrais.
- (E) independentes.

35. Com a extinção do órgão público "X", foi extinto o cargo público ocupado por João, que é servidor público federal estável. No entanto, com tal extinção, João foi colocado em disponibilidade. Nos termos da Lei nº 8.112/1990, João

- (A) deveria obrigatoriamente ter sido redistribuído, não sendo possível sua colocação em disponibilidade pela Administração Pública.
- (B) será aproveitado em vaga que vier a ocorrer em órgãos ou entidades da Administração Pública Federal ou Estadual, mediante determinação do órgão Central do Sistema de Pessoal Civil.
- (C) retornará à atividade mediante aproveitamento obrigatório em cargo de atribuições e vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado.
- (D) terá cassada sua disponibilidade e tornado sem efeito eventual aproveitamento, caso não entre em exercício no prazo legal, ainda que por motivo de doença comprovada por junta médica oficial.
- (E) não poderá ser mantido sob responsabilidade do órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal – SIPEC, até seu adequado aproveitamento.

36. Guilherme, servidor público federal, recebeu vantagem econômica para fazer declaração falsa sobre avaliação em obra pública. Ricardo, também servidor público federal, através de determinado ato, facilitou que terceiro enriquecesse ilícitamente. Segundo as disposições legais expressas contidas na Lei nº 8.429/1992, as condutas de Guilherme e Ricardo constituem

- (A) ato ímprobo que importa enriquecimento ilícito e ato ímprobo causador de prejuízo ao erário, respectivamente.
- (B) apenas ilícito penal, não caracterizando atos de improbidade administrativa, dada a atipicidade das condutas.
- (C) ato ímprobo causador de prejuízo ao erário e ato ímprobo que atenta contra os princípios da Administração Pública, respectivamente.
- (D) ato ímprobo que importa enriquecimento ilícito e ato ímprobo que atenta contra os princípios da Administração Pública, respectivamente.
- (E) atos ímprobos que importam enriquecimento ilícito.

Direito do Trabalho

37. O empregado João prestou serviços para a empresa Alfa na unidade fabril do município de São Paulo por cinco anos, ingressando como ajudante geral. Após seis meses de sua admissão, passou a exercer as funções de operador de empilhadeira, embora continuasse registrado como auxiliar de produção. Mário ingressou na empresa Alfa um ano antes de João, trabalhando na unidade fabril do município de Osasco, que pertence à mesma região metropolitana de São Paulo. Mário sempre exerceu as funções de operador de empilhadeira e recebeu salário superior aquele percebido por João, em razão de possuir maior experiência no mercado de trabalho, conforme se verifica pelas ocupações anteriores anotadas em sua Carteira de Trabalho. Conforme previsão legal e entendimento sumulado do TST, no caso em análise, encontram-se presentes os requisitos para a equiparação salarial entre João e Mário, devendo haver a condenação da empresa Alfa por diferenças salariais?

- (A) Não, uma vez que os cargos não têm a mesma denominação.
- (B) Não, porque o paradigma é mais experiente que o postulante na prestação de serviços nas funções de operador de empilhadeira.
- (C) Sim, porque ambos exerceram as mesmas funções e tarefas, independentemente da nomenclatura do cargo, não havendo diferença de 2 anos no exercício da mesma função.
- (D) Não, porque postulante e paradigma trabalharam na mesma localidade, mas em municípios distintos.
- (E) Sim, porque independente do local da prestação dos serviços e do tempo de diferença nas funções, trabalhando para a mesma empresa, na mesma função o salário deve ser igual.

38. *O Juiz do Trabalho pode privilegiar a situação de fato que ocorre na prática, devidamente comprovada, em detrimento dos documentos ou do rótulo conferido à relação de direito material.* Tal assertiva, no Direito do Trabalho, refere-se ao princípio da

- (A) irrenunciabilidade.
- (B) intangibilidade salarial.
- (C) continuidade.
- (D) primazia da realidade.
- (E) proteção.



39. A empresa Gama Participações fornece a seu gerente João alguns benefícios, além do pagamento em dinheiro relativo ao salário. Das utilidades fornecidas pela empresa ao empregado sob a forma de benefícios, constituem salário *in natura*
- (A) matrícula e mensalidade de curso universitário.
- (B) vestuário utilizado no local de trabalho para a prestação de serviços.
- (C) transporte destinado ao deslocamento para o trabalho e retorno.
- (D) seguro de vida e acidentes pessoais.
- (E) aluguel de apartamento decorrente do contrato ou do costume.
-
40. Nos serviços ou atividades essenciais, os sindicatos, os empregadores e os trabalhadores ficam obrigados, de comum acordo, a garantir, durante a greve, a prestação dos serviços indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade. Nos termos da lei que assegura o exercício do direito de greve, NÃO são considerados serviços ou atividades essenciais:
- (A) assistência médica e hospitalar.
- (B) atividades escolares do ensino fundamental.
- (C) guarda, uso e controle de substâncias radioativas, equipamentos e materiais nucleares.
- (D) compensações bancárias.
- (E) distribuição e comercialização de medicamentos e alimentos.
-
41. Em relação ao direito coletivo do trabalho é correto afirmar que
- (A) Convenção Coletiva de Trabalho é o acordo de caráter normativo, pelo qual dois ou mais Sindicatos representativos de categorias econômicas e profissionais estipulam condições de trabalho aplicáveis, no âmbito das respectivas representações, às relações individuais do trabalho.
- (B) a solidariedade de interesses econômicos dos que empreendem atividades idênticas, similares ou conexas, constitui o vínculo social básico denominado categoria profissional diferenciada.
- (C) somente os Sindicatos poderão celebrar convenções coletivas de trabalho para reger as relações das categorias a elas vinculadas, inorganizadas em Sindicatos, no âmbito de suas representações.
- (D) as condições estabelecidas em Acordo Coletivo de Trabalho prevalecerão sobre as estipuladas em Convenção Coletiva de Trabalho.
- (E) não será permitido estipular duração de Convenção Coletiva de Trabalho ou Acordo Coletivo de Trabalho superior a um ano.
-
42. Maria foi contratada para cuidar de Sílvia que se encontrava enferma. Trabalhou por 12 meses na residência de Sílvia, cumprindo jornada de 8 horas diárias com uma hora de intervalo e duas folgas semanais; foi dispensada sem justa causa, recebendo apenas os salários do período. A empregadora não incluiu a empregada no regime do FGTS. Em relação aos direitos trabalhistas de Maria, é correto afirmar que terá direito
- (A) ao aviso prévio, férias de 30 dias acrescida de 1/3, 13º salário, depósitos do FGTS com multa rescisória de 40% do FGTS.
- (B) ao aviso prévio, férias de 30 dias acrescida de 1/3 e 13º salário.
- (C) ao aviso prévio, férias de 30 dias acrescida de 1/3, 13º salário e multa por atraso no pagamento das verbas rescisórias.
- (D) as férias de 20 dias úteis acrescida de 1/3, 13º salário, depósitos do FGTS e multa rescisória de 40% do FGTS.
- (E) ao aviso prévio, férias de 20 dias úteis acrescida de 1/3, 13º salário, depósitos do FGTS com multa rescisória de 40% do FGTS.
-
- Direito Processual do Trabalho**
43. Nos processos sujeitos à apreciação da Justiça do Trabalho, a nulidade
- (A) não poderá ser declarada mediante provocação das partes, mas apenas se arguida *ex officio* pelo Juiz.
- (B) será pronunciada ainda quando arguida por quem lhe tiver dado causa.
- (C) só será declarada quando resultar dos atos inquinados manifesto prejuízo às partes litigantes.
- (D) após declarada não prejudicará senão os atos anteriores ou posteriores que dele dependam, ou sejam consequência.
- (E) será sempre pronunciada, mesmo que seja possível suprir-se a falta ou repetir-se o ato.
-
44. Carlos, analista judiciário do TRT, é arrolado como testemunha do autor em uma ação reclamatória trabalhista em que deverá depor em horário normal de seu expediente. Nesta situação, Carlos deverá
- (A) ser conduzido por oficial de justiça à audiência marcada.
- (B) comparecer espontaneamente à audiência designada.
- (C) ser ouvido na sua própria repartição.
- (D) prestar seu depoimento por escrito para posterior juntada aos autos.
- (E) ser requisitado ao chefe da repartição para comparecer à audiência marcada.



45. No processo do trabalho, o Juiz deverá propor a conciliação
- (A) somente quando o valor da causa o permitir.
 - (B) somente quando houver requerimento das partes.
 - (C) após a apresentação da defesa e ao término da instrução processual.
 - (D) na abertura da audiência, antes da apresentação da defesa e renovadas após as razões finais.
 - (E) após a oitiva das partes e quando do encerramento da instrução processual.
46. João moveu reclamação trabalhista em face da empresa Omega Industrial, tendo atribuído à causa o valor total das verbas pleiteadas no importe de R\$ 3.000,00. Na audiência UNA designada a empresa reclamada não compareceu, e o juiz verificou que a citação não fora realizada porque o reclamante havia fornecido o endereço incorreto da reclamada, absolutamente diverso daquele anotado em sua Carteira Profissional. De acordo com a CLT, o juiz deve
- (A) aplicar a penalidade da revelia e confissão da reclamada.
 - (B) abrir prazo para que o reclamante informe o endereço correto da reclamada, determinando a designação de nova audiência.
 - (C) determinar o retorno do processo à secretaria da vara para tentativa de localização da reclamada.
 - (D) determinar a citação da reclamada por edital.
 - (E) determinar o arquivamento da reclamação trabalhista e condenação do reclamante ao pagamento de custas sobre o valor da causa.
47. Em relação à execução por prestações sucessivas, por tempo indeterminado, é correto afirmar que
- (A) não há previsão de execução por prestações sucessivas no processo do trabalho.
 - (B) a execução compreenderá inicialmente as prestações devidas até a data do ingresso na execução.
 - (C) a execução por prestações sucessivas no processo do trabalho obedece aos parâmetros estabelecidos no CPC, aplicável subsidiariamente ao processo do trabalho.
 - (D) a execução pelo não pagamento de uma prestação compreenderá as que lhe sucederem.
 - (E) a execução compreenderá apenas as prestações devidas após o ingresso na execução.
48. Sobre a matéria recursal no Processo do Trabalho é correto afirmar que
- (A) cabe recurso ordinário para a instância superior das decisões definitivas ou terminativas dos Tribunais Regionais, em processos de sua competência originária, no prazo de oito dias, quer nos dissídios individuais, quer nos dissídios coletivos.
 - (B) no Tribunal Superior do Trabalho cabem embargos, no prazo de oito dias, das decisões das Turmas que divergirem entre si, ou das decisões proferidas pela Seção de Dissídios Individuais, ainda que a decisão recorrida estiver em consonância com súmula ou orientação Jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho ou do Supremo Tribunal Federal.
 - (C) o recurso de revista, sempre dotado de efeitos devolutivo e suspensivo, será apresentado ao Presidente do Tribunal recorrido, que poderá recebê-lo ou denegá-lo, fundamentando em qualquer caso, a decisão.
 - (D) das decisões proferidas pelos Tribunais Regionais do Trabalho ou por suas Turmas em execução de sentença inclusive em processo incidente de embargos de terceiro, sempre caberá recurso de revista.
 - (E) o agravo de instrumento interposto contra o despacho que não receber agravo de petição suspende a execução da sentença.
- Direito Civil**
49. Berilo, cinquenta anos de idade, desapareceu de seu domicílio, sem deixar notícias de seu paradeiro e sem designar procurador ou representante a quem caiba a administração de seus bens. Foi declarada a sua ausência e nomeado curador através de processo regular requerido por sua esposa. Neste caso, os interessados poderão requerer a sucessão definitiva
- (A) após o trânsito em julgado da decisão judicial que declarou a ausência de Berilo e nomeou curador.
 - (B) três anos depois de passada em julgado a sentença que concedeu a abertura da sucessão provisória.
 - (C) cinco anos depois do trânsito em julgado da declaração de ausência, independentemente de abertura de sucessão provisória.
 - (D) sete anos depois do trânsito em julgado da declaração de ausência, independentemente de abertura de sucessão provisória.
 - (E) dez anos depois de passada em julgado a sentença que concedeu a abertura da sucessão provisória.
50. Um fundo de comércio, uma biblioteca e um rebanho são uma universalidade de
- (A) direito, direito e de fato, respectivamente.
 - (B) direito.
 - (C) fato.
 - (D) fato, fato e de direito, respectivamente.
 - (E) fato, direito e de direito, respectivamente.



51. Em um negócio jurídico uma parte pensa que a outra parte está doando um bem quando na verdade o bem está sendo oferecido à venda. Neste caso, ocorreu
- (A) *error in negotio* tratando-se de erro substancial que poderá anular o negócio jurídico.
- (B) *error in corpore* tratando-se de erro substancial que poderá anular o negócio jurídico.
- (C) erro acidental que não anula o negócio jurídico, devendo as partes adequá-los à situação real.
- (D) erro acidental que anula o negócio jurídico, não cabendo perdas e danos à parte prejudicada.
- (E) *error juris* tratando de erro substancial que poderá anular o negócio jurídico.

52. Considere as seguintes assertivas a respeito da obrigação de dar coisa certa e da obrigação de dar coisa incerta:

- I. Até a tradição pertence ao devedor a coisa, com os seus melhoramentos e acréscidos, pelos quais poderá exigir aumento no preço. Os frutos percebidos são do devedor, cabendo ao credor os pendentes.
- II. Em regra, a obrigação de dar coisa certa abrange os acessórios dela embora não mencionados.
- III. Antes da escolha, não poderá o devedor alegar perda ou deterioração da coisa, ainda que por força maior ou caso fortuito.
- IV. A coisa incerta será indicada, ao menos, pelo gênero. Nas coisas determinadas pelo gênero, em regra, a escolha pertence ao credor.

De acordo com o Código Civil brasileiro está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) I, II e IV.
- (C) I e III.
- (D) II, III e IV.
- (E) II e IV.

53. De acordo com o Código Civil brasileiro, o pagamento feito de boa-fé ao credor putativo é

- (A) inválido, desde que seja arguida a nulidade no prazo decadencial de dois anos contados do pagamento.
- (B) válido, exceto se provado depois que não era credor.
- (C) inválido em qualquer hipótese podendo ser arguida a qualquer momento.
- (D) válido, ainda provado depois que não era credor.
- (E) inválido, desde que seja arguida a nulidade no prazo decadencial de um ano contado do pagamento.

54. Mario, é solteiro, possui três filhos maiores e uma neta também maior. Mario pretende vender uma de suas casas de praia para sua neta. Neste caso, Mário

- (A) poderá celebrar contrato de compra e venda com sua neta, mas precisará do consentimento dos seus filhos, com exceção do pai da menina.
- (B) poderá celebrar contrato de compra e venda com sua neta, mas precisará do consentimento de todos os seus filhos.
- (C) poderá celebrar contrato de compra e venda com sua neta, independentemente do consentimento dos seus filhos.
- (D) não poderá celebrar contrato de compra e venda com sua neta, independentemente do consentimento de seus filhos, tendo em vista expressa vedação legal.
- (E) poderá celebrar contrato de compra e venda com sua neta, mas precisará apenas do consentimento do filho que é o pai da menina.

Direito Processual Civil

55. A incompetência em razão da matéria

- (A) não pode ser declarada pelo juiz de ofício.
- (B) acarreta a nulidade da prova, que deverá ser renovada perante o juízo competente.
- (C) deve ser arguida pelo réu como preliminar na contestação.
- (D) não pode ensejar conflito positivo de competência.
- (E) só pode ser arguida através de exceção.

56. A respeito dos prazos, considere:

- I. O prazo para emenda da petição inicial é dilatatório.
- II. Os prazos recursais são peremptórios.
- III. Conta-se em dobro o prazo para recorrer quando um só dos litisconsortes haja sucumbido.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) I e II.
- (C) I e III.
- (D) II e III.
- (E) III.



57. Na fase de cumprimento da sentença, a defesa do executado através de impugnação
- (A) está sujeita ao prévio pagamento das custas.
 - (B) será distribuída por dependência e atuada em apartado.
 - (C) não poderá versar sobre ilegitimidade das partes.
 - (D) poderá versar sobre a ocorrência de pagamento anterior à sentença.
 - (E) dispensa a prévia segurança do juízo.
58. Pedro, réu numa ação ordinária, foi condenado ao pagamento de quantia em dinheiro reclamada pelo autor. Interpôs recurso de apelação. Na véspera do julgamento, se arrependeu e protocolou petição, que assinou juntamente com seu advogado, desistindo do recurso interposto. Todavia, não houve tempo da desistência chegar ao conhecimento da Câmara Julgadora e o recurso foi julgado e provido, para o fim de ser julgada improcedente a ação. Nesse caso, o julgamento é
- (A) nulo e ineficaz, prevalecendo o que foi decidido na sentença recorrida.
 - (B) válido, porque a desistência não chegou ao conhecimento da Câmara Julgadora.
 - (C) válido, porque a desistência não foi homologada.
 - (D) válido, porque não houve concordância da parte contrária quanto à desistência.
 - (E) válido porque a desistência deve ser protocolada com a antecedência de, no mínimo, cinco dias da data do julgamento.
59. Paulo adquiriu um imóvel através de contrato particular de compromisso de compra e venda não registrado. O imóvel foi penhorado em execução por quantia certa contra devedor solvente movida contra o compromitente vendedor. A defesa de Paulo deverá ser feita através de
- (A) oposição.
 - (B) ação ordinária.
 - (C) denunciação à lide.
 - (D) embargos de terceiro.
 - (E) assistência litisconsorcial.
60. Sobre a ação monitória, é correto afirmar que NÃO
- (A) pode a inicial fundar-se em mais de uma prova escrita sem eficácia de título executivo.
 - (B) pode a inicial ter por base nem fax, nem mensagem eletrônica (*e-mail*).
 - (C) cabe citação por edital.
 - (D) é admissível a citação por hora certa.
 - (E) depende de prévia segurança do juízo a oposição de embargos pelo réu.